

TEXTO BÁSICO*

Carlos Rodrigues Brandão**
Maria Malta Campos***
Pedro Demo****

QUAIS AS QUESTÕES BÁSICAS, HOJE, PARA UM DEBATE SOBRE PESQUISA PARTICIPANTE?

Introdução: Carlos Brandão

Não sei se por acaso ou de propósito, acho que procedemos de contribuições bem diferentes****. Por exemplo, o Pedro Demo de nós três, é o único que tem um trabalho sistemático, quer dizer, tem um livro escrito sobre o assunto. Eu não tenho isso e nunca tive: minha experiência é muito mais assistemática. Não tenho uma reflexão sistemática e completa; tenho muitas participações, seja através de assessorias a grupos de igreja e estudantes, seja participando de encontros, seminários e reuniões de avaliação. A Maria Malta participou de uma pesquisa bastante complexa; foi a sua tese, de cuja banca participei. De nós três, é a única com uma experiência prática de pesquisa participante.

* Convencionou-se chamar Texto Básico a transcrição da fita do Encontro sobre "Pesquisa Participativa", promovido no dia 21-9-83 pelos laboratórios de Psicologia Social e Psicologia Educacional da PUC/SP. O INEP recebeu da prof.^a Maria do Carmo Guedes o apoio necessário à coordenação deste evento em São Paulo, o qual deveria preceder imediatamente a realização do Seminário em Brasília.

** Professor da UNICAMP.

*** Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

**** Professor da UnB.

***** Nota dos organizadores: era de propósito.

Estou colocando isto para lembrar que poderíamos, talvez, pensar como cada um deve responder à questão formulada, sem que um repita o outro, já que o tema é altamente repetitivo. Cada um falando a partir de sua experiência, que é diferente para cada um de nós. Acho que o Pedro Demo poderia começar.

Primeira Exposição: Pedro Demo

Para colocar um início de discussão diríamos que a pesquisa participante coloca dois pontos fundamentais: a questão da pesquisa e a da participação. Pode-se indagar: o que acontece de pesquisa nisso? Por outro lado, o que acontece de participação? E a união das duas coisas? Isso traduz metodologicamente um passo de pesquisa, sim ou não? E até que ponto isso também tem como produto a participação?

A questão assim colocada tem uma aparência simples, mas é de uma complexibilidade extrema. Vou tentar responder do mesmo modo simples como perguntei. Creio pessoalmente que a pesquisa participante é possível e até necessária, porque entendo, metodologicamente, que a prática faça parte do conhecimento em Ciências Sociais. Vou me restringir ao campo das Ciências Sociais, deixando de lado a possibilidade de estender a indagação às Ciências Naturais. A própria realidade social é um produto da práxis histórica e, como tal, a dimensão da prática lhe é constituinte. Acredito que exista aí uma dialética essencial entre teoria e prática. O objeto das Ciências Naturais não é propriamente histórico, enquanto que Ciências Sociais passam necessariamente pela prática, mesmo porque a própria teoria isolada em si, seria uma péssima prática. Quero crer então, que metodologicamente a discussão passaria pela questão da prática.

O que é prática e até que ponto faz parte do conhecimento?

Acho que faz parte do conhecimento. Complementa necessariamente a teoria. São dois termos numa unidade de contrários. Têm certa

identidade, pois não podem ser vistos separadamente. Uma teoria sem prática nunca foi teoria, porque não fala de coisas deste mundo, e uma prática sem teoria não sabe o que pratica, e já não lhe importa a postura de crítica e de autocrítica, que é importante para o conhecimento científico.

Por outro lado, existe a questão da participação, uma temática muito complexa, que muitas vezes é banalizada na pesquisa participante. Para começar, consideremos a grande dificuldade de identificação do cientista social com os ditos oprimidos. Aí depende muito de como cada um se posiciona dentro da dinâmica histórica. Acho que a participação é um processo histórico de conquista, pois não existe dada, nem outorgada, nem preexiste, nem nunca é suficiente. Exatamente gostaria de defini-la assim: é a conquista da autopromoção, e como autopromoção já coloca um relativo problema para o pesquisador; o pesquisador deveria entrar aí como apoio, como assessoria, como motivação e não como condutor. E isto é muito difícil. Além do mais, admito a idéia de que pesquisador não é povo, porque faz parte do grupo dominante como uma de suas elites; ou, se quisermos usar outra linguagem, faz parte da pequena burguesia. Não é burguesia nem proletariado, mas é pequena burguesia. Não acho que caiba ao pesquisador a conotação de proletariado, porque ele não vive de um salário de sobrevivência, nem faz parte do exército de reserva. Então, a identificação com as classes oprimidas é muito problemática; acho que é possível porque a identificação ideológica é possível, mas ela se decide na prática, não no discurso. Acho que predomina muito um discurso da participação; prática da participação é outra coisa. Acho que existem intelectuais orgânicos, existem pessoas que realmente se identificam com a comunidade pobre e fazem um processo participativo real; mas admito que, como tendência histórica, nós não temos vocação participativa. Como participantes do grupo dominante, nossa vocação histórica seria aquilo que me parece bem qualificado no conceito de pequena burguesia. Quando Marx fala de pequena burguesia, traduz exatamente essa preocupação: é gente que gostaria de fantasiar-se como proletário, mas não são proletários e tendem a prejudicar o proletariado. O problema existe e é grave, mas também quero reconhecer que o movimento de pesquisa participante tem

colocado coisas muito bonitas nessa linha. Há uma reflexão constante sobre como ainda não se consegue participar. Num encontro recente na Iugoslávia, o que mais se colocou foi que nós ainda não sabemos participar. Depois de tanto tempo, de tantos anos de interesse, essa conclusão, de que ainda não sabemos participar, pode traduzir uma decepção, mas também traz, acho, um movimento de autocrítica muito meritório. E, para terminar estas primeiras palavras, queria dizer que uma coisa ainda me impressiona e interessa bastante na pesquisa participante: é a crítica extremamente oportuna que ela faz à pesquisa tradicional, ou então às Ciências Sociais como são feitas tradicionalmente. São muitas questões interessantes, desde a relativa inutilidade das Ciências Sociais tradicionais, até a redução da realidade social à sua manifestação quantitativa e à limitação da metodologia das Ciências Naturais; e também ao encastelamento do cientista social na Universidade, que é uma instituição relativamente inútil para a população, e forma sobretudo o espaço da arrogância de um grupo que se destaca e olha de cima para baixo. Aí é difícil a aproximação. É possível mostrar que dentro da história das Ciências Sociais existe um compromisso com um tipo de projeto de sociedade. É captado então metodologicamente pela Sociologia do Conhecimento. O débito social que tem esse tipo de Ciências Sociais está comprometido com o projeto de sociedade do qual nós somos, no fundo, defensores e baluartes. Essa é a crítica que a pesquisa participante coloca, ainda que haja extremos exageros nela, como por exemplo, o exagero de que só valeria agora a pesquisa participante, sendo a pesquisa empírica sempre ruim. A pesquisa empírica não precisa ser empiricista. Ademais muitas vezes, ou quase sempre, a própria pesquisa participante usa levantamentos, mensurações etc. Mas a crítica, em si, é brilhante, sem dúvida. Acho que aí se poderia abrir um caminho importante da revisão desta farsa que em grande parte são as Ciências Sociais.

Segunda Exposição: Carlos Brandão

Eu gostaria de contar, para começar, uma pequena história, muito recente. Estive há uns dez dias atrás na Nicarágua, onde fui participar do "Encontro de Educação para a Paz", reunindo educadores canadenses, americanos latino-americanos. Tivemos uma semana que foi,

para nós, um grande acontecimento em termos do fortalecimento da solidariedade entre educadores. Neste país, entre outras coisas, fui fazer uma pequena palestra para o pessoal da Universidade. Aconteceu no país que, pela absoluta falta de quadros, muitos dos professores da Universidade assumiram postos do governo. O próprio vice-ministro da Educação de Adultos era um jovem professor universitário, que, de repente, virou vice-ministro. Muitos alunos tiveram que ser promovidos por decreto a professores, por falta absoluta destes. Foi então nessa reunião que falei sobre a questão da **pesquisa participante**. Num determinado momento uma professora perguntou o seguinte: "Mas, o que existe aí nessa 'pesquisa', a não ser pequenos macetes técnicos, que não seja uma proposta da teoria e prática marxista? Não seria essa 'pesquisa participante', tal como você a está apresentando, uma diluição de uma proposta de comprometimento das ciências com transformação do mundo a partir, inclusive, de um trabalho dessas classes populares de que você falava a todo momento?"

Eu estou contando esta história, porque se em vez de quais "as questões", se tivesse falado qual a **questão** fundamental para um debate, esta seria, para mim, a questão principal: **o que participa do quê?** Eu acho que toda uma mistificação em torno da pesquisa participante está ligada ao fato de que a própria indefinição teórica e metodológica do que ela seja permite que as duas questões apresentadas por Pedro Demo – a questão epistemológica da pesquisa e a questão política da participação – possam ser pensadas de todas as maneiras possíveis.

No mesmo encontro em outro momento, eu colocava exatamente esta questão, formulando-a assim: **O que é uma pesquisa participante?**

Exemplo A: um programa de desenvolvimento integrado é aplicado em uma região onde o governo se nega a fazer uma reforma agrária, coisa absolutamente comum, como por exemplo, aqui mesmo no país, onde há todo um processo de concentração da propriedade fundiária, e onde há um conseqüente trabalho político de expropriação da propriedade dos pequenos lavradores, que estão sendo expulsos das fazendas e das suas pequenas propriedades. Suponhamos que sejam todos envolvidos num programa para um aumento de produtividade, a melhoria das

condições de saúde de uma população política e economicamente expropriada. As pessoas são convidadas a "participar" de todas as etapas de uma pesquisa para avaliar as suas condições atuais de vida. Participam da montagem de um projeto, discutem com os assessores e com orientadores muito competentes e com muita habilidade de "falar com o povo" as alternativas. Planejam juntos um questionário, juntos o aplicam, juntos o tabulam e juntos escrevem um relatório que apresenta, ao final, dados sobre condições de alimentação, de educação, de comunicação, de saúde e que, cuidadosamente, oculta o mais fundamental: a questão da terra, a questão dos direitos sociais, dos direitos humanos e assim por diante.

Exemplo B: um grupo de pessoas comprometidas com esses mesmos lavradores não ocupa o tempo deles. Deixa que continuem trabalhando como lavradores; levanta entre eles, em reuniões, os seus problemas fundamentais e as suas possibilidades concretas de lutar pelo fundamental – por exemplo: a sua terra, para que a fome não aumente, para que as condições ruins de habitação não aumentem. Assim, ele faz uma pesquisa sem nenhuma aparente participação dos lavradores. Pega essa pesquisa e transforma-a num instrumento de denúncia, colocando-a, por exemplo, nas mãos da Comissão Pastoral da Terra, nas mãos dos lavradores, ou de um sindicato de lavradores, para que eles tenham neste material, de que eles não "participaram", um instrumento de produção do conhecimento essencial sobre a sua própria realidade.

O que a pesquisa participante é? Eu coloco aqui esta questão, porque, entre nós, o **exemplo A** tem sido mais comum que o **exemplo B**. Conheço vários casos brasileiros, latino-americanos, pelo menos, em que a participação na pesquisa é uma participação **adjetiva** do povo em alguns momentos de uma pesquisa com objetivos sociais e políticos, cujo controle dos momentos fundamentais: o momento inicial de determinação dos objetivos; o momento final de utilização dos dados, não só não fica em mão dessas populações participantes que aplicam e discutem, no meio do caminho, como também são cuidadosamente ocultados dessas populações. Por isto essa a questão fundamental: O que significa **participar**? Quem participa do quê? Eu responderia a essa questão dizendo que o determinante em uma **situação participante** é a participação da situação em um projeto popular. Isto porque, quando se

fala de **pesquisa participante** está se falando de **classes populares**. Assim, a discussão não é quais são as alternativas e possibilidades da participação de pessoas do povo nas diferentes fases do pensar, programar, articular, realizar, codificar, escrever e usar a pesquisa, mas de que maneira, de qual lado do **poder**, em uma sociedade desigual, a serviço de quem, **uma pesquisa participa do quê**. Inclusive, esta segunda pergunta determina a primeira, porque a pesquisa tem um lugar político de participação desta ou daquela maneira. Porque ela serve para desvelar uma realidade, ou para ocultar esta realidade, é que as pessoas das classes populares podem ou não **participar** de pesquisas **participantes**. Eu acho que, por exemplo, um dos órgãos mais importantes na realização de pesquisas participantes, no momento, é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). E ali não há necessariamente operários "participando" da pesquisa. Ao contrário, eles pagam sociólogos, economistas (ainda não pagam antropólogos, o que é uma grande lacuna), para que façam as pesquisas para eles. Eles são suficientemente organizados e participantes para não precisarem ainda participar necessariamente dos passos intermediários de pesquisa.

Eu teria outras idéias a colocar, mas não sei se seria o caso de deixar para depois. Não entendo quase nada de questões de epistemologia e o Pedro Demo já enunciou as 2 questões fundamentais, não só da crítica que a pesquisa participante faz à pesquisa dita "tradicional", como também da proposta, ou das infinitas propostas, que têm sido feitas. Há sem dúvida uma dimensão epistemológica: a própria possibilidade de produção de um conhecimento científico a partir de novas relações sociais. Isto é o que a idéia de **participação** introduz. Há uma dimensão política e é basicamente dela que eu tenho falado aqui.

São essas as questões fundamentais. Eu não estou muito ligado à epistemologia. Mas, ultimamente, para um seminário que houve no CERU/SP, desenvolvi uma reflexão sobre a constituição do **outro** na relação da pesquisa. Estava então tentando defender uma idéia, que é a seguinte: sob a aparência de que teorias antecedentes são construídas e articulam métodos que, por sua vez, determinam atitudes inter-pessoais na relação pesquisador-pesquisado, o que se dá na prática é o

contrário. O determinante é a relação já existente, o antecedente é que é o determinante da própria teoria. De certo modo, **teorias** não constroem **relações**, mas **relações** constroem **teorias**. Eu estava tentando mostrar como é que num determinado momento se estabelece uma relação concreta entre o pesquisador e as pessoas que pesquisam: pessoas concretas. A gente bate na porta e alguém abre, começa uma relação através de um questionário, de uma entrevista. Esta relação agora existe e é a partir dela que se vai repensar a pesquisa. Está relação que vai existir e que é pensada pelo pesquisador— que é quem, às claras ou às ocultas, determina o estabelecimento do pensar a pesquisa, determina como a pesquisa vai ser feita — não é inicialmente aquela pensada pelo pesquisador: eu diria que não é o pensar que determina a "transa", mas é a "transa" quem determina o pensar. Aqui eu estou desenvolvendo um raciocínio oposto, por exemplo, a todo um tipo arcaico de positivismo, no empiricismo denunciado pelo Pedro Demo.

A construção de tais métodos que possibilitem a pesquisa, que justamente tenham como objetivo a produção das condições fundamentais da ciência que lida com o humano, com o social, a objetividade, a neutralidade, numa relação tal que a subjetividade não macule a relação e conseqüentemente a coleta de dados. Ideologicamente, o que estava por baixo era um interesse político — em termos pequenos, na pequena política do cientista, ou em termos amplos de política — dessa ciência. O interesse a que ela servia: de, através dessa "neutralidade", colocar o **outro**, ou seja, o pesquisado, numa situação de absoluta dependência. Quero fazer aqui, inclusive, uma comparação entre o catequista do passado e o pesquisador empiricista de hoje, através de um paralelo entre o catecismo e o questionário: um contém todas as respostas e o outro contém todas as perguntas, quer dizer, o questionário não é nada mais nada menos que um instrumento de absoluto controle do outro. Ele tem todas as perguntas, e a lógica do **outro** é a **minha** lógica, ou seja, ele só pode pensar da maneira como eu constituo as respostas dele através das minhas perguntas.

Vejamos, por oposição, a idéia antropológica de observação participante. Não se pode entender **pesquisa participante**, sem se discutir a questão da **observação participante**. A crítica de Malinowski, por exemplo,

quando ele discute com os evolucionistas e os difusionistas na Antropologia, criticando, por exemplo, o fato de eles, através de informações de missionários e de viajantes, coletarem fragmentos de dados sobre culturas primitivas e, a partir daí, da união de vários fragmentos – por exemplo, a religião dos quatro últimos tupis-guaranis, dos chineses, dos hindus, dos zelandeses – tentar fazer uma análise, reunindo esses vários dados para estabelecer o significado social e cultural da religião.

Assim os evolucionistas estabeleceram as “etapas” da evolução da religião na humanidade. Todo o alvorecer do funcionalismo veio como uma recusa de tal fragmentação dos dados da cultura e da sociedade. Veio de uma proposta de que, primeiro, a explicação da sociedade e da cultura se dê através de uma integração de cada instituição, de cada sistema sócio-cultural num todo de que faz parte através da função que representa. E, segundo, da idéia muito rica em Malinowski e muito esquecida hoje em dia, de que a lógica que explique a **cultura**, num primeiro momento, seja a da **própria cultura**, sobre a qual o pensar científico seria um pensar *a posteriori*. É interessante ver, por exemplo, o diário de campo de Malinowski, quando ele conta como convive com os nativos, vive com eles, come com eles, e anda e procura saber de tudo. Este é o seu método de trabalho. Estava criada a **observação participante**, que tem todo um fundamento teórico mas que nasce igualmente de uma relação pessoal com o **outro**. A partir do momento em que you estar com o **outro**, quando eu não mando emissários aplicarem questionários, ou não colete fragmentos e opiniões a partir de dados de viajantes e missionários; a partir do momento em que eu “vou lá”, o **outro** é diferente para mim. O **outro** não me aparece mais como dado, ele me aparece como vida, como relação concreta, afetiva e social. Eu vejo pessoas morrendo, casando. Eu estou vivendo uma observação participante: vou plantar milho, feijão, assisto a enterros, casamentos, me comovo com as coisas que acontecem, me envolvo com as pessoas. De repente eu não posso mais aplicar questionários, porque ele é absurdo para mim, não por razões teóricas, mas por razões concretas, constitutivas.

Eu diria que se não houvesse uma teoria antecedente, ela teria que ser constituída. Quando Malinowski chegou à tribo, ele não sabia que ia

fazer isso, ele foi obrigado a fazer porque não tinha outro jeito. Ele foi para lá ver o que fazia, e só sabia que não podia fazer como antes se fazia. Se pensarmos o caso de Marx, acho que aí está outro lado disto. Se, com Malinowski, começa a **observação participante**, que vai dar um dos lados da **pesquisa participante**, com Marx talvez comece a **participação da pesquisa**, que é aquilo que eu falava antes. Ou seja, o lado, desveladamente, político da questão. Em determinado momento o pesquisador não serve a uma “pura ciência”; o pesquisador serve a um projeto político de transformação de uma sociedade, de um mundo. Ele vê, no horizonte disto, um trabalho político de uma classe observando uma série de mecanismos sociais e econômicos. Quer dizer, não é só a pesquisa que se redefine, mas a própria pessoa (pessoal e política) do pesquisador. A pesquisa não é **participante** no sentido de Malinowski; Marx nunca foi trabalhar na fábrica, nunca teve essa pretensão de se tornar um operário, nem de chamar operários para participarem das pesquisas dele. No máximo, ele fez um inteligentíssimo questionário, uma enquete (que está publicada no livro de Michel Thiollent) muito inteligente, mas que não era “participante”. Ele, ou alguém a quem ele pedia, aplicava e usava todos os métodos que fossem possíveis. Usava questionários, quantificações, informações de fiscais de saúde etc. Veja em **O capital** quantas informações dessas pessoas. Isso é muito interessante, porque se **O capital** é o método; se ele gera ali o método dialético, por outro lado ele usa todas as técnicas possíveis, inclusive ele usa a quantificação; usa dados históricos, entrevistas, mas tudo isso se subordina a **que a pesquisa participe de um projeto** que, se é um projeto que tem a ver com a ciência, ele o tem a partir de um trabalho político, de construção de um novo mundo. Então eu acho que esses são, longinquamente, os dois momentos constitutivos da pesquisa participante. O momento em que o **outro** deixa de ser para mim um **dado** que me obriga a usar de uma metodologia de trabalho, justamente para fazer com que ele não se aproxime; para mantê-lo como **outro**, como **dado**, como um ser redutível a números, a desaparecer na minha pesquisa, para que eu tenha pleno controle. Para ser, agora, um **outro** que, de repente, me aparece como **convivência**, como no caso da observação participante. E esta **convivência** é que determina a observação participante, e não ao contrário; não uma teoria predeterminada. É a mesma coisa no caso da **participação da**

pesquisa. Penso que a pesquisa participante de hoje é justamente esta junção, em termos atuais, da **observação participante** com a **participação da pesquisa**. De resto, eu tenho idéias muito semelhantes às do Pedro Demo. Por exemplo, eu teria perguntas finais, para começo de debate: a pesquisa participante é uma técnica? É um método? Ou é uma estratégia que se pode apropriar de diferentes técnicas e métodos de pesquisa, em qualquer uma de nossas ciências? No sentido de ser uma estratégia que se faz de algum modo **participante**, ela seleciona técnicas de pesquisa, usa questionários, entrevistas abertas, fechadas, histórias de vida, apropria-se de um determinado método, ou de outro. Isto é viável? Ou a pesquisa participante é uma nova teoria que funda a possibilidade de produção de um novo modo de condição de conhecimento? Nesse sentido, então, a ambição da pesquisa participante seria fazer uma crítica global da "ciência tradicional", ou seja, de todos os métodos, teorias e técnicas da chamada "ciência tradicional" e, em oposição, constituir-se como um novo modo de fazer ciência, o que não acho viável. Acho isso uma ilusão, uma espécie de triunfalismo participante. Como, por exemplo, coloca Orlando Fals Borda: a pesquisa participante não é só a possibilidade de uma ciência, mas a possibilidade de criação de uma **ciência popular**.

Hoje em dia, depois de algumas leituras e alguma prática, tenho uma visão, pelo menos no momento, bem mais humilde. Acho que pesquisa participante é uma atitude da relação pesquisador-pesquisado. Penso que é uma disposição de estabelecer uma nova relação eu-outro ou, se nós quisermos, repensar politicamente. É um trabalho que resulta de um compromisso antecedente do trabalho do pesquisador com as práticas de políticas populares, dos movimentos populares e assim por diante; mas algo que, sendo assim **não** é necessariamente "dialético", **não** é necessariamente "funcionalista". Nada mais perigoso e traiçoeiro do que querer constituir uma teoria a partir da idéia de pesquisa participante; uma nova crítica sim e, a partir daí, uma fertilização das teorias científicas. Mas uma teoria que, de repente, queira se apresentar como única e rejeitar todas as outras, isto é uma grande ilusão. Inclusive porque, sejamos francos, a produção, até internacional do que conheço de pesquisa participante, tem sido ainda restrita e até medíocre. Se de um lado, ela tem aberto horizontes, tem também

respondido, na prática, por uma certa mediocrização perigosa em termos de produção de conhecimento para uso político. Tem-se prestado enormemente a mistificações.

Terceira Exposição: Maria Malta Campos

Vou tentar contar um pouco da história de como a metodologia participante acabou entrando no meu trabalho, como eu acabei entrando nela, e em que ponto estou atualmente, depois de terminado o trabalho, vendo agora um outro que está sendo feito pela Marlene Goldenstein, em cima do primeiro¹.

No início do trabalho, o tema era a questão da exclusão da escola de 1º grau, vista da perspectiva da população que é excluída, quer dizer, vista do lado de fora da escola. Quando nós começamos a definir como abordar essa questão, e que estratégia utilizar na pesquisa, desde o começo se colocava a proposta do estudo de caso, o que já conferia uma certa característica para o trabalho. O nosso grupo de pesquisa estava então passando por uma revisão, tanto metodológica como teórica. Procurávamos delinear uma abordagem teórica que desse conta do problema em sua globalidade, não vendo a questão educacional tão setorialmente como estávamos acostumados a fazer. Por outro lado, queríamos um tipo de metodologia que possibilitasse uma interação maior entre o tema que se estava estudando e o próprio estudo, que permitisse uma maleabilidade maior no trabalho e que isso, por sua vez, nos permitisse captar fatos da realidade que não conseguiríamos captar de outra maneira.

¹ A pesquisa a que me refiro, "O ensino obrigatório e as crianças fora da escola: um estudo da população de 7 a 14 anos excluída da escola na cidade de São Paulo", realizada por mim e por Marlene Goldenstein, está relatada em minha tese de doutoramento, "Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo", defendida em 1983 no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. A segunda pesquisa, coordenada por Marlene Goldenstein, é o estudo "O ensino obrigatório e as crianças fora da escola: reavaliação do problema pela população de dois bairros da cidade de São Paulo", terminado em 1984. As duas pesquisas foram financiadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e realizadas na Fundação Carlos Chagas.

Nessa época, tivemos uma oportunidade importante de discutir tudo isso, com um grupo de pesquisadoras francesas do CRESAS, que esteve em São Paulo realizando um seminário de duas semanas conosco. Em seguida, já começado o trabalho, alguns relatos de experiência e os textos do grupo do Fals Borda da Colômbia nos ajudaram a definir melhor os parâmetros da pesquisa. Nesta altura não tinham aparecido ainda trabalhos como os do Brandão e do Thiollent.

De forma que eram poucas as coordenadas que tínhamos; no máximo havia alguns princípios, como: é desejável que haja uma devolução do resultado da pesquisa para os pesquisadores, durante e após sua realização; é interessante que se pense em alguns formatos diferenciados de relatório final (uma idéia que permeia todas as propostas), um relatório final voltado para quem encomendou a pesquisa e um relatório final voltado para quem colaborou e participou da pesquisa; é interessante que essa participação da população seja realizada, se possível, em todas as etapas do trabalho; é fundamental que as coisas sejam colocadas abertamente para todos os envolvidos, e que exista uma flexibilidade do próprio planejamento da pesquisa. Entretanto, estas colocações não davam todas as respostas a respeito da experiência que fomos percorrer; eram mais princípios e posições, uma procura de integração maior entre nossa busca de participação enquanto pesquisadores na direção da modificação da situação constatada, e também uma tentativa de possibilitar a essa população o acesso a certo tipo de instrumental de pesquisa e análise.

Resumindo, o que nós fizemos foram dois estudos em dois bairros, trabalhando com dois grupos compostos basicamente por mulheres. Estabelecidos os contatos, foi-se revelando uma convergência de interesses: nossos, enquanto pesquisadores, e dos grupos, à medida que se discutia a conveniência de se fazer aquela pesquisa; de um lado existiam objetivos comuns, e de outros objetivos diferenciados em relação aos nossos interesses e aos interesses daqueles grupos. A proposta era justamente no sentido de se dar conta tanto desses objetivos comuns como dos objetivos diferentes que esses grupos tinham, e também dos objetivos que tínhamos enquanto pesquisadores. A partir desse primeiro momento, constatamos elementos que

determinaram o trabalho, que inclusive limitaram o desenvolvimento desse trabalho, e também algumas coisas que eventualmente possibilitaram algumas aberturas. É importante lembrar que muitas das limitações e aberturas só chegamos a perceber muito tempo depois. Era como se estabelecêssemos um contrato, em que duas partes se propunham a jogar essa brincadeira de fazer pesquisa, no qual, de parte a parte, se chegava a acordos, atendendo aos interesses de um lado e do outro.

A pesquisa constou, inicialmente, de levantamentos feitos sobre a questão da escola de 1º grau e sobre todos os problemas ligados a ela, que dizem respeito à condição de vida das famílias. Esses levantamentos foram feitos pelos dois grupos, e as pessoas que participaram foram remuneradas por esse trabalho de campo. Mas é claro que havia também um interesse, uma motivação ligada ao trabalho, que não dizia respeito somente à remuneração, mas ao desenvolvimento do grupo dentro de um trabalho político mais amplo. A participação foi diferenciada porque os dois grupos eram diferentes: um deles era muito mais politizado e as mulheres tinham um nível educacional mais alto; no outro caso, o grupo estava acabando de se constituir, começando timidamente a trabalhar de forma coletiva. Era apenas um grupo de mães que queria fazer uma pesquisa sobre o bairro. Duas das mulheres eram analfabetas, mas participaram assim mesmo de todo trabalho da pesquisa. Dessa forma, o mesmo trabalho foi levado paralelamente por esses dois grupos, e suas características diversas deram características diversas ao trabalho, embora os dois grupos percorressem mais ou menos as mesmas etapas. Depois de cada levantamento terminado, o que se fez foi uma reflexão em cima dos resultados através de discussões em grupo. Um deles participou da tabulação dos dados e montagem de tabelas, o que permitiu uma discussão mais aprofundada. O grupo de mães nesse momento estava envolvido com a montagem de sua creche comunitária e discutiu os resultados organizados por nós.

Durante o trabalho de pesquisa, foi aparecendo naturalmente toda a história da luta por escola vivida pelos dois grupos, que é uma história que não estava escrita, e da qual a gente só toma conhecimento através

desse tipo de contato. Todo o material que foi sendo armazenado durante o trabalho, depoimentos, histórias que foram sendo montadas, nos trouxe um conhecimento mais concreto do que é atualmente a escola nos bairros populares em São Paulo, e de como sua ausência ou presença é vivida pela população. Podemos dizer que este ganho refere-se ao nosso interesse como pesquisadores. Em relação ao interesse da população, houve uma experiência diferenciada nos dois grupos, que levou inclusive a uma avaliação diferenciada em cada bairro.

O trabalho terminou com a confecção de dois folhetos nos quais se tentava resumir o levantamento feito, seus resultados, e as discussões. Os folhetos foram elaborados em conjunto com os grupos e depois cada um deveria utilizar o folheto no seu próprio trabalho de mobilização, de organização da população da sua área.

Quando terminamos, tínhamos muitas perguntas a respeito do que tinha ficado nos dois bairros, nos dois grupos, depois de toda essa experiência de participação na pesquisa, de interação conosco, de reflexão a respeito dos dados levantados, da montagem dos pedacinhos de história que vinham, mais ou menos caoticamente, nas discussões em grupo, e que depois tentávamos devolver de forma organizada para o grupo.

Foi então que nasceu a proposta de se fazer um outro trabalho, que seria a tentativa de realizar uma pesquisa sobre o que tinha ficado da primeira pesquisa, ou seja, de tentar perceber o significado, para os grupos, do seu envolvimento com a pesquisa. Enquanto pesquisadores, queríamos perceber o que havia resultado em termos de ação transformadora, verificar aquela promessa da pesquisa participante, de que ela não constata simplesmente uma realidade, mas age sobre ela, e também a promessa de que essa possibilidade de interação entre pesquisadores e grupos da população representa um ganho em termos de compreensão da realidade, e que através dessa compreensão os grupos populares adquirem melhores condições de atuar sobre ela.

Este, em verdade, é o trabalho que mais interessa aqui, e é pena que a Marlene Goldenstein, que o está conduzindo, não esteja aqui para

comentar, ela própria, alguns resultados. A primeira verificação foi que aqueles grupos com os quais tínhamos trabalhado durante a pesquisa, e que eram grupos que já existiam, já não se encontravam mais da mesma forma que na época da primeira pesquisa, ou seja, de alguma forma a pesquisa tinha interferido na sua organização e na sua conformação. Embora soubéssemos que não foi só a pesquisa que influenciou, o fato é que algumas pessoas não estavam mais nos grupos, e que outras pessoas novas tinham aparecido. Além disso, tinham acontecido algumas coisas novas no trabalho que os grupos desenvolviam com a população. Dado marcante para nós é que justamente o grupo mais politizado, mais ligado a outras lutas (movimentos de custo de vida, movimentos de creches etc.) não quis participar da nova pesquisa, quer dizer, não estava disposto a avaliar o trabalho que tinha resultado da pesquisa. O que foi possível fazer foi tentar ver como as pessoas que tinham sido entrevistadas e que haviam recebido o folheto com o resultado da pesquisa tinham entendido aquele folheto e avaliado essa experiência de serem entrevistadas.

No outro grupo ocorreu um processo diferente. Provavelmente porque o trabalho, lá, ainda estava se iniciando, era ainda muito difícil, a pesquisa teve um impacto grande no sentido da coesão do grupo. Tendo sido uma tarefa razoavelmente bem-sucedida, até reforçou um pouco as outras tarefas com as quais o grupo estava envolvido. Quando Marlene e sua equipe voltaram lá, o grupo estava modificado, pessoas tinham saído, outras tinham entrado, mas a proposta de se avaliar o trabalho foi muito bem aceita. Nesta segunda fase, alguns aspectos da metodologia utilizada na primeira foram avaliados e reformulados. Houve, por exemplo, a busca de uma integração maior no trabalho de elaboração e de interpretação das informações e dados surgidos. No primeiro trabalho o procedimento adotado era discussão em grupo, posteriormente transcrita e analisada; quando voltávamos para outra reunião já tínhamos alguma síntese que então era discutida. Nesta segunda fase, Marlene tentou fazer também esse trabalho de interpretação junto com o grupo, o que já deu um teor diverso ao tipo de material resultante e à discussão que o grupo entabulou (é claro que o grupo também já tinha amadurecido em suas condições de participação). Assim, houve uma busca de ampliar o terreno da participação na

pesquisa propriamente dita, o que resultou em algo que não havia sido diretamente buscado: uma reflexão de todo o grupo sobre o que é pesquisa e o que é uma pesquisa desse tipo.

Essa experiência nos trouxe perguntas a respeito de muitas coisas que pareciam tranqüilas. Por exemplo: quase todos os trabalhos que conhecemos resultam num produto parecido com uma cartilha, um folheto, um caderninho, ou qualquer coisa considerada como um relatório popular, que seria a contrapartida daquele relatório mais acadêmico que é feito. Isto serviria para tirar todo nosso complexo de culpa, sendo um comprovante concreto de que realmente estaríamos contribuindo para a construção de um conhecimento enraizado na população etc. Estamos agora questionando exatamente isso, ou seja, que um folheto em quadrinhos, embora feito para facilitar a compreensão, não garante por si só que aquele conhecimento que o grupo adquiriu seja fixado, que se transforme num instrumento de atuação, de ampliação do grupo, para trazer mais gente para a luta. Há toda uma série de questões, que vão desde o problema de se lidar com material escrito por parte de uma população pouco instruída, até a falta de condições do próprio grupo de saber usar um material destes no seu trabalho, já que não existe integrado na sua prática o uso de material escrito.

Depois, existem outros motivos também, pois um objeto, um produto como um caderninho com resultados de uma pesquisa, é também um instrumento de propaganda do grupo que está atuando no bairro, para provar coisas que não têm absolutamente nada a ver com a pesquisa, ou que se relacionam com outros objetivos que por acaso esse grupo tenha no bairro. Verificamos, por exemplo, em um dos bairros, que apesar da proposta prever que o folheto deveria ser devolvido para quem tinha sido entrevistado, para que a pessoa não fosse somente explorada como informante, grande parte dos folhetos foi distribuída com outros propósitos, para pessoas que se tentava engajar na luta, e não exatamente para quem tinha sido entrevistado. É claro que isto também está contido na proposta; mas vimos que alguma coisa que se esperava, de acordo com os pressupostos da pesquisa, no contexto do trabalho político do grupo ganhou um outro significado.

Assim, essa proposta de não trair o pesquisado nos faz cair em outros problemas. Acho que, no fundo, não conseguimos sair da nossa realidade, quer dizer, nós realmente pertencemos a outro grupo, estamos vinculados a outros contextos e a outros interesses, e por mais que se tente integrar o processo de trabalho com o projeto do grupo popular, essa interação é sempre problemática, sempre contraditória e sempre conflitante.

E o outro lado? O que fica para nós, pesquisadores? É a pergunta que basicamente todo mundo coloca: mas você conseguiu ver ou aprender alguma coisa diferente do que você veria ou aprenderia se tivesse trabalhado de uma outra forma? Eu acho que sim, que conseguimos ver e aprender coisas que não veríamos de outra forma, disto estou convencida. E neste ponto não fugimos muito daquilo que os textos dizem, ou seja, essa recuperação da história popular é alguma coisa que surgiu com muita força durante todo o nosso trabalho, e inclusive motivou um novo estudo que eu acabei somando à minha tese, algo que eu não conseguiria formular nem aceitaria de outros se não houvesse passado por essa experiência. Eu não acredito que uma experiência de outro tipo tivesse proporcionado com tanta força e com tanta clareza a percepção de toda essa história escondida da escola, toda essa história escondida da luta local para conseguir alguma migalhinha de instrução (vou colocar nesses termos). Isto não se consegue ver de outra perspectiva, olhando pelo outro lado. Além disso, (embora não haja nada de novo no que vou dizer, está em todos os textos de pesquisa participante) eu acho que ganhamos muito em termos de viver, muito concretamente, um questionamento sobre nossa atividade de pesquisadores, que mesmo sendo uma questão muito velha, acaba sendo jogada o tempo todo pelos grupos, durante o trabalho, e acaba sendo um questionamento qualitativamente novo. A pergunta é a seguinte: vocês só fazem pesquisa porque não dá ou não querem fazer outra coisa? Essa questão não é só alguma coisa que permanece no plano da discussão teórica a respeito do valor da pesquisa ou do conhecimento científico; é alguma coisa que chega de uma forma muito concreta, e eu acho que todo mundo que trabalha com pesquisa social deveria passar por esse questionamento.

Por outro lado, é importante discutirmos também o que não se

consegue perceber através de um trabalho como este. Pois seria cair na maior mistificação achar que quem não faz pesquisa participante não está fazendo pesquisa, ou faz uma pesquisa que não serve. Ou seja, existem certos tipos de informação, e mesmo de análise a respeito daquela realidade sobre a qual refletimos, que não se consegue obter dentro desse esquema.

Por exemplo, existe toda uma faceta da realidade das pessoas com as quais trabalhamos, que ficou fora da pesquisa, que é a teia informal de relações, a vivência ligada ao cotidiano das pessoas no seu bairro. Isto porque, trabalhando com um grupo que de alguma forma já estava constituído e já estava mobilizado em torno de algumas questões, que tem sua dinâmica própria, muitas coisas não se revelam no tipo de interação que se dá com os pesquisadores. Assim, da mesma forma que esse trabalho abriu uma série de possibilidades, ele também fechou outras, pois havia um contrato, um entendimento inicial com cada grupo, no qual se estabelecia onde fíamos atuar e em que áreas não fíamos entrar, que áreas não faziam parte de nossa proposta e não respondiam aos objetivos do grupo.

Além disso, há uma série de outros territórios que também ficam de fora durante um trabalho desse tipo, e hoje eu me pergunto como deveríamos lidar com eles, e não tenho uma resposta. É a questão bastante complicada dos bastidores de toda essa mobilização que chamamos de movimentos sociais urbanos. Ou seja, como é que uma mesma pessoa que participa de uma pesquisa como a nossa e que participa de uma Sociedade Amigos do Bairro, de um grupo de mães e também de algum grupo político, como é que essa pessoa passa experiências, práticas e percepções de um tipo de trabalho para o outro? Porque tudo isso vai se refletir no material e no resultado que você obtém, na medida em que você trabalha com reflexões de grupos, com discussões e com percepções que nascem de algo que já existe ali antes de você chegar. Por esta razão fico assustada quando vejo em certos trabalhos alguns depoimentos ou posições serem tomadas como sendo a percepção popular, ou a consciência popular, o que o "povo" diz. A questão é: o que permitiu que aquele determinado grupo,

que naquele instante você estuda, diga o que diz e diga isso daquela maneira? Ou, por que esta pessoa dentro do grupo se diferencia e consegue perceber algumas coisas que outras não perceberam? Você sabe que não é a pesquisa que está propiciando isso. É claro que a pesquisa tem o seu papel, mas não é só a pesquisa que acontece, são outras experiências que essas pessoas estão vivendo em outras instâncias que as estão ajudando a juntar os pedacinhos e naquele momento elaborar uma síntese mais completa.

Isto desemboca na questão da possibilidade de um tipo de conhecimento popular ou de uma ciência popular. Realmente podemos chegar à conclusão de que esse popular não é dado por si, ele é sempre um processo, e nesse processo muitas coisas interferem, ainda mais quando se trabalha, como nós trabalhamos, numa região muito mobilizada, onde acontecem muitas coisas, onde os pontos de chegada são muitos e múltiplos. Muitas vezes se esquece um pouco esse dado de que as pessoas que se dispõem a participar de uma pesquisa são pessoas que já estão sensibilizadas para isso, muitas vezes porque já fazem parte de outras atividades coletivas, de algum movimento mais amplo. Quando uma pessoa dessas diz alguma coisa, não é a mesma coisa que parar alguém na rua e perguntar: o que você acha disso? Já é uma posição que tem uma história, que resulta de um processo vivido.

Como então recolocarmos esta questão dentro daquele esquema da pesquisa participante? Pois embora se tente, com a pesquisa, trabalhar em cima desse conhecimento popular, até ajudando-o a se constituir, o tempo todo colocam-se as perguntas: qual o território da pesquisa? Qual o do trabalho político? Será que eles não se confundem? Ou não serão exatamente a mesma coisa? Parece que não necessariamente. No nosso caso não foi, porque grande parte do trabalho dos grupos já existia antes de chegarmos, quer dizer, o território da pesquisa não era exatamente o território da atuação política. Já em outros casos, existem áreas de coincidência, e eu acho que tudo isso é ainda bastante problemático.

Termino aqui estes comentários informais e assistemáticos sobre minha experiência com a versão que vivi da pesquisa participante. Penso que, apesar de ter certamente deixado de fora muitas questões

importantes, o relato pode ajudar na discussão deste tema, tão difícil de ser analisado objetivamente. Já que raras propostas têm despertado tantas oposições e tantas adesões acríticas como esta.